



## **O livro-reportagem na cultura brasileira contemporânea: uma abordagem dialógica e semiótica**

Antonio Heriberto CATALÃO JR<sup>1</sup>  
Universidade Federal do Amazonas/UNESP-Araraquara

### **Resumo**

Este trabalho apresenta os primeiros resultados de uma pesquisa de doutorado dedicada ao estudo do livro-reportagem e sua emergência na cultura brasileira contemporânea. Inicia discutindo a práxis enunciativa do jornalista escritor que, ao se dedicar a esse gênero, insere-se em um contexto dialógico diferenciado, seja em relação a outros jornalistas escritores do passado e do presente, seja quanto à prática periodista assalariada em veículos e empresas de comunicação. A seguir, propõe-se uma caracterização do livro-reportagem a partir de uma perspectiva dialógica e semiótica, visando a compreender sua emergência e suas características – formais, inclusive – no contexto das condições de comunicação discursiva e processos de significação em cujo âmbito ele é produzido.

**Palavras-chave:** Livro-reportagem; Gêneros do Discurso; Jornalismo.

### **1. Livro-reportagem e o jornalismo como missão**

A emergência do livro-reportagem na cultura brasileira contemporânea chama a atenção para uma circunstância inédita: a concomitante emergência de uma *práxis enunciativa* particular de jornalistas escritores para os quais esse gênero representa uma possibilidade alternativa de exercício profissional, de interlocução social, de intervenção e afirmação. Fugindo de um conflito típico de seus antecessores e mesmo de alguns contemporâneos, esses escritores não se dedicam mais ao jornalismo como profissão e à “literatura como missão”, não se dividem entre a escrita “obrigatória” para os jornais, para “ganhar a vida”, e a produção de livros dedicados à vocação supostamente mais nobre, mais “elevada”, da produção dita literária.

Desde o século XIX, jornalistas como José de Alencar, Olavo Bilac, Machado de Assis, Oswald de Andrade, Lima Barreto, Carlos Drummond de Andrade, Graciliano Ramos, entre vários outros, obtiveram da profissão as condições materiais, econômicas e sociais que lhes permitiram a realização de suas obras (a maior parte deles, aliás, conjugando atividade jornalística e emprego público), mas não foi à reportagem ou

---

<sup>1</sup> Antonio Heriberto CATALÃO JR. Trabalho apresentado ao Intercom Norte na Divisão Temática de Jornalismo, do VIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte - 2009. Antonio Heriberto Catalão Júnior é Professor Assistente no Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amazonas, Campus de Parintins, e doutorando no Programa de Linguística e Língua Portuguesa da UNESP – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, onde realiza pesquisa sobre a emergência e presença do livro-reportagem na cultura brasileira contemporânea. e-mail catalaojr@yahoo.com.br



qualquer outro gênero do jornalismo que dedicaram **SEUS LIVROS**; conforme essa tradição, a *obra* típica do jornalista escritor, aquela que merece a permanência do livro, não é jornalística, mas “literária” ficcional e/ou poética. E já no início do século XXI, não são poucos os jornalistas escritores que seguem o mesmo caminho, como Bernardo Carvalho, Cíntia Moscovich, Marçal Aquino, Gisela Campos, Bernardo Ajzenberg, Cadão Volpato, Heloísa Seixas, entre outros. As tensões, impasses e conflitos, mas também as vantagens e conveniências dessa duplicidade, além de suas contribuições para o jornalismo e para a literatura, foram discutidas e analisadas por COSTA (2005).

Mas não é apenas no Brasil que se pode observar a figura do jornalista escritor entre dois senhores. Tom Wolfe, ao escrever sobre a emergência do *new journalism* nos Estados Unidos (WOLFE, 2005), fala do mesmo conflito: escritores (ou aspirantes) divididos entre o trabalho diuturno na imprensa e o sonho de, um dia, escrever *O Romance* que os consagraria e daria sentido a suas existências, como ironiza o autor. O próprio Wolfe, depois de se afirmar como um dos principais “novos jornalistas” estadunidenses, acabou seguindo a mesma trilha de antecessores como Hemingway e outros, dedicando-se a trabalhos ficcionais como o *bestseller* “A fogueira das vaidades”.

Daí a hipótese de que a emergência do livro-reportagem assinala não “apenas” a presença de um novo gênero discursivo na produção cultural contemporânea, mas um novo tipo de práxis enunciativa, como já dito. Ao se dedicarem a grandes reportagens concebidas para serem publicadas em livros, jornalistas escritores como Fernando Morais, Eduardo Bueno, Ruy Castro, Zuenir Ventura, Elio Gaspari, entre outros, rompem com a dicotomia tradicional entre jornal e livro, rotina e arte, efêmero e perene, trabalho e vocação, e afirmam uma nova possibilidade de exercício do jornalismo, seja como profissão, seja como forma de intervenção na cultura. Por um lado negam, ou ao menos ampliam, a concepção tradicional que restringe o trabalho jornalístico ao ambiente das redações e aos limites impostos por veículos e empresas de comunicação; por outro, afirmam uma possibilidade inédita para o jornalista escritor: produzir uma obra cujo valor não seja obrigatoriamente determinado por critérios ditos literários, estéticos, mas jornalísticos – em outras palavras, afirmar-se cultural e intelectualmente não mais como literato, mas como repórter.

Trata-se aqui, portanto, de *novas possibilidades dialógicas* oferecidas por um gênero particular do discurso, entendendo-se que, conforme Bakhtin, “cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*”



(BAKHTIN, 2003, p. 262, grifos do autor). O estudioso russo define *enunciado* como a “unidade da *comunicação discursiva*” (*idem*, p. 270, grifo meu) e complementa: “Cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (*ibidem*, p. 272). Assim, associa diretamente “enunciado” e “gênero” à comunicação discursiva – ou, para usar um termo central e recorrente na obra do pensador russo, ao *diálogo*, expressão que deve ser entendida em sentido mais amplo.

O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra “diálogo” num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja (BAKHTIN *apud* MARCHEZAN, 2006, p. 117).

Nesse sentido, cada livro-reportagem constitui um enunciado, uma “unidade da comunicação discursiva” mediante a qual o enunciador, o repórter, assume posição em um diálogo travado com: a) seus antecessores (inclusive, mas não apenas, jornalistas escritores, além de testemunhas ou participantes de acontecimentos narrados, especialistas em temas abordados pela reportagem, entre outros interlocutores), a cujos enunciados responde direta ou indiretamente (inclusive reiterando e estabilizando formas e recursos enunciativos, alimentando assim o constante processo de elaboração e atualização do gênero); b) seus leitores (entre os quais, eventualmente, outros jornalistas escritores, mas também comentadores, o público consumidor de seu livro e, em sentido mais amplo, a comunidade cultural em que ele se insere), em quem o enunciado particular suscitará um número potencialmente ilimitado de respostas, de novas posições dialógicas “na corrente complexamente organizada de outros enunciados”.

Eis porque foi dito acima que o livro-reportagem oferece novas possibilidades dialógicas para o jornalista. Cada gênero implica uma forma particular de diálogo e sua emergência constitui sempre um tipo de resposta a determinadas situações e necessidades dialógicas.

Nesse sentido, os gêneros da comunicação mediada constituem-se em função das necessidades culturais e apresentam-se como resposta às formações em curso. Do ponto de vista da comunicação cultural mais ampla, nenhum sistema pode ser pensado como o Adão mítico a pronunciar o primeiro discurso sobre o mundo ainda não dito, adverte Bakhtin. Na verdade, na esfera comunicativa da cultura tudo reverbera em tudo, uma vez que nela as formas culturais vivem sob



fronteiras. O próprio discurso alheio pode integrar a cadeia discursiva e ser reprocessado (MACHADO, 2007, p. 162).

Assim, o objetivo deste trabalho é contribuir para uma compreensão do livro-reportagem como gênero do discurso que, no âmbito da comunicação cultural brasileira contemporânea, responde a necessidades e intencionalidades dialógicas e culturais específicas e, ao fazer isso, delineia-se a partir de processos enunciativos e características relativamente estáveis, “reverberando” (e fazendo-se reverberar em) outros campos da esfera comunicativa da cultura.

## **2. A noção de gênero e o caso do livro-reportagem**

Como ensina Fiorin, a noção de gênero se faz presente na cultura ocidental desde a Antiguidade:

Desde a Grécia, o Ocidente opera com a noção de gênero. Ele agrupa os textos que têm características e propriedades comuns. Assim, os gêneros são tipos de textos que têm traços comuns. Na medida em que eles eram vistos como um rol de propriedades formais, fixas e imutáveis, adquiriam um caráter normativo. As poéticas do classicismo, por exemplo, diziam como deveria ser composta uma tragédia, uma epopéia, etc. A história literária oscila entre períodos em que os gêneros são rigidamente codificados e aqueles em que as formas são mais livres, em que se abandonam as formas fixas (FIORIN, 2006, p. 6061).

Trata-se, como se vê, de classificações e tipologias textuais estabelecidas a partir de uma perspectiva normativa e formalista, inserida em uma tradição cujo processo histórico de desenvolvimento e afirmação é exposto por Machado:

Para a clássica teoria dos gêneros, a definição das formas poéticas se manifestava em termos de classificação. A obra de Aristóteles é muito clara nesse sentido. Em sua *Poética*, classifica os gêneros como obras da voz tomando como critério o modo de representação mimética. Poesia de primeira voz é representação da lírica; a poesia de segunda voz, da épica, e a poesia de terceira voz, do drama. Trata-se de uma classificação paradigmática e hierárquica, facilitada pela observação das formas no interior de um único meio: a voz. Antes de Aristóteles, Platão havia proposto uma classificação binária, cujas esferas eram domínios precisos de obras representativas de juízos de valor. Ao gênero sério pertenciam a epopéia e a tragédia; ao burlesco, a comédia e a sátira. Já em *A República*, Platão elabora a tríade advinda das relações entre realidade e representação. Ao gênero mimético ou dramático pertencem a tragédia e a comédia; ao expositivo, ou narrativo, o ditirambo, o nomo e poesia lírica; ao misto, a epopéia. A classificação triádica fundada na mimese é a base para a *Poética* de



Aristóteles, em que a tragédia é tomada como paradigma para o que ele chama de poesia. Essas são as linhas gerais da base teórica consolidada e que até hoje orienta a análise de tudo o que se entende como gênero (MACHADO, *idem*, p.151-152).

A essa maneira “clássica” de abordar os gêneros por meio de uma “classificação paradigmática e hierárquica”, de “caráter normativo”, Bakhtin contrapõe a perspectiva já mencionada neste trabalho, segundo a qual cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso. Sob tal ponto de vista, um gênero do discurso é, pois, um tipo relativamente estável de enunciados elaborado no âmbito de um determinado “campo de utilização da língua”; sua emergência e relativa estabilização ocorre sempre no âmbito da comunicação discursiva e da interação dialógica.

Bakhtin não pretende fazer um catálogo dos gêneros, com a descrição de cada estilo, de cada estrutura composicional, de cada conteúdo temático. De um lado, porque a riqueza e a variedade dos gêneros são infinitas, uma vez que as possibilidades da ação humana são inesgotáveis e cada esfera de ação comporta um repertório significativo de gêneros do discurso. (...). De outro, porque o que importa verdadeiramente é a compreensão do processo de emergência e de estabilização dos gêneros, ou seja, a íntima vinculação do gênero com uma esfera de atividade (FIORIN, *idem*, p. 63, grifo nosso).

É justamente por essa orientação, por visar a compreensão do processo de emergência e de estabilização dos gêneros, não sua mera descrição e catalogação formal, que a concepção dialógica de Bakhtin revela sua importância para este trabalho. Trata-se, aliás, de uma perspectiva cujas possibilidades ainda não foram extensivamente exploradas em estudos sobre o livro-reportagem.

De fato, a produção acadêmica especificamente orientada para a conceituação do livro-reportagem como gênero é muito rarefeita. No Brasil, no campo da Teoria Literária, Rildo Cosson realizou dissertação de Mestrado, mais tarde publicada em livro (COSSON, 2001), na qual propõe uma caracterização do “romance-reportagem” como gênero. Trata-se, no entanto, de uma conceituação que, por um lado, inclui no mesmo gênero obras com a pretensão “referencial” típica do jornalismo e outras abertamente ficcionais – o que não nos permitiria classificá-las como “reportagem” no sentido que o campo jornalístico dá ao temor. Por outro lado, a noção de “romance-reportagem” não



inclui livros que, apesar de não terem uma estrutura composicional que reproduza ou mesmo lembre a narrativa romanesca, poderia ser classificados como livros-reportagem.

No campo da Comunicação Social, Edvaldo Pereira Lima propôs, em tese pioneira de doutorado que mais tarde também foi publicada como livro (LIMA, 1993), uma definição baseada na Teoria Geral dos Sistemas, de Bertalanffy, do livro-reportagem como gênero. Conforme essa conceituação, o livro-reportagem seria um “subsistema híbrido” do “sistema jornalismo” e do “sistema editoração”, podendo ser caracterizado como um desdobramento, ou “ampliação”, ou “canal extensor do jornalismo cotidiano” (*idem*, p.12). Aliás, é a idéia de “ampliação” que desempenha papel central nesse trabalho: para ele, o livro-reportagem é uma ampliação da notícia, e sua produção acontece da mesma forma, pela ampliação, ou “extensão”, das práticas e produção da notícia – seja em termos temporais, espaciais, ou de complexidade temática, narrativa etc. Lima afirma ainda a autonomia do livro-reportagem em relação ao “sistema jornalismo”, bem como suas possibilidades de ruptura, experimentação, mas, como aponta Carlos Rogé Ferreira Júnior, outro autor a tratar do assunto no campo da Comunicação, “apenas tangencia a questão” (FERREIRA JÚNIOR, 2003), ignorando as formas por meio das quais essa ruptura pode ocorrer.

Isto é, se Lima vê as possibilidades de ruptura no livro-reportagem, tal se deve ao fato de afastá-lo das condições de produção do jornalismo e aproxima-lo da área, em teoria, de maior liberdade da literatura e do mercado de livros (ou do por ele imaginado “jornalismo do futuro”). No entanto, não esclarece como tal pode ou não se dar e ignora distinções a serem feitas no tratamento do fenômeno (*idem*, p. 322).

Apesar da consistência de sua crítica, Ferreira Júnior abstém-se de propor uma outra caracterização para o livro-reportagem como gênero, mais preocupado que está em inseri-lo em um contexto que o relacione ao *new journalism* norte-americano e ao “romance-reportagem”, abordando tais produções sob uma perspectiva política. A contribuição que se pretende oferecer (não apenas com este trabalho, mas também com pesquisa de doutorado em curso, no decorrer da qual se apresentaram as questões aqui enfrentadas) é outra: diz respeito à compreensão da emergência e da presença do livro-reportagem na cultura brasileira – o que equivale a entender melhor as relações dialógicas implicadas por esse gênero do discurso, a maneira como tais relações se dão e como elas se refletem no conteúdo temático, na estrutura composicional e no estilo que o caracterizam. Eis um objetivo que não pode ser cumprido sem a consideração de



uma parte fundamental desse diálogo – o leitor. Para realizar esse propósito, a semiótica do discurso de origem francesa oferece um arcabouço teórico-metodológico particularmente fecundo, como se discutirá a seguir.

### **3. O gênero livro-reportagem sob uma perspectiva dialógica e semiótica**

Já foi dito acima que uma definição *dialógica* do gênero livro-reportagem impõe que se considerem as relações de comunicação discursiva em cujo âmbito esses enunciados são produzidos para, identificado tal contexto, relaciona-lo às características “formais” do gênero – o *conteúdo temático*, a *estrutura composicional* e o *estilo* que o singularizam (BAKHTIN, 2003). Assim, definir dialogicamente um gênero exige uma consideração de elementos extralingüísticos:

O enunciado em sua plenitude é enformado como tal pelos elementos extralingüísticos (dialógicos), está ligado a outros enunciados. Esses elementos extralingüísticos (dialógicos) penetram o enunciado também por dentro (BAKHTIN, 2003a, p. 313).

Abordar esses elementos dialógicos extralingüísticos, visando a identificar e compreender *como* eles “penetram o enunciado também por dentro”, exige uma hipótese básica de trabalho dotada de suficiente valor heurístico, entendendo-se tal expressão da seguinte maneira:

1. Diz-se que uma hipótese de trabalho é heurística se o discurso que a desenvolve tem como efeito produzir e formular um processo de descoberta. É, pois, a hipótese, que não é verdadeira nem falsa, mas anterior ao estabelecimento do procedimento, que é heurística: os procedimentos de descoberta, uma vez formulados, podem, por sua vez, facilitar a constituição de novas hipóteses, constituindo o conjunto a práxis científica.
2. De forma mais geral e mais vaga, qualifica-se, às vezes, de heurística uma atitude científica: a abordagem estrutural, por exemplo, que procura, em primeiro lugar, apreender as relações e obriga, por isso mesmo, a prever as posições eventuais dos termos de uma categoria (termos cujas manifestações não são, à primeira vista, evidentes), pode, neste sentido, ser denominada heurística (GREIMAS & COURTÉS, 2008, p. 243-244).

Neste sentido, a semiótica discursiva de origem francesa oferece uma hipótese de valor heurístico inegável, segundo a qual é possível compreender os enunciados e as relações dialógicas em que eles são produzidos considerando-se ambos como parte do



mesmo processo de significação. Conforme tal hipótese, um gênero não é composto apenas por elementos lingüísticos, mas também por uma série de outros elementos não-lingüísticos igualmente significantes, constituindo-se uma semiótica sincrética passível de ser abordada como tal.

Num sentido mais amplo, serão consideradas como sincréticas as semióticas que – como a ópera ou o cinema – acionam várias linguagens de manifestação; da mesma forma, a comunicação verbal não é somente de tipo lingüístico: inclui igualmente elementos paralingüísticos (como a gestualidade ou a proxêmica), sociolingüísticos, etc. (GREIMAS & COURTÉS, *idem*, p. 467, grifo dos autores).

É por meio dessa noção ampliada de enunciado e de “texto” que se pode articular harmonicamente a perspectiva dialógica de Bakhtin e a semiótica do discurso. Tal articulação pode ser mais explicitada pela seguinte definição de contexto:

Chama-se contexto o conjunto do texto que precede e/ou acompanha a unidade sintagmática considerada e do qual depende a significação. O contexto pode ser explícito ou lingüístico, ou então implícito e, nesse caso, qualificado como extralingüístico ou situacional. (*Idem, ibidem*, p. 97, grifos dos autores).

Essa perspectiva permite conciliar de maneira coerente três asserções de Bakhtin. A primeira, já citada neste trabalho, é aquela segundo a qual o enunciado em sua plenitude é enformado por elementos extralingüísticos (dialógicos), que o penetram também por dentro. A segunda chama a atenção para a importância fundamental do texto para as “ciências humanas”:

O texto (escrito ou oral) enquanto dado primário de todas essas disciplinas, do pensamento filológico humanista no geral (inclusive do pensamento teológico e filosófico em sua fonte). O texto é a realidade imediata (realidade do pensamento e das vivências), a única da qual podem provir essas disciplinas e esse pensamento. Onde não há texto não há objeto de pesquisa e pensamento (BAKHTIN, 2003a, p.307).

Finalmente, o terceiro enunciado afirma justamente a idéia de “texto no sentido amplo”, em convergência com o que postula a semiótica do discurso:





O texto “subentendido”. Se entendido o texto no sentido amplo como qualquer conjunto coerente de signos, a ciência das artes (a musicologia, a teoria e a história das artes plásticas) opera com textos (obras de arte). São pensamentos sobre pensamentos, vivências das vivências, palavras sobre palavras, textos sobre textos (*Idem, idem*).

Mais: além da distinção entre as “unidades da língua” (do “sistema lingüístico” entendido abstratamente) e o enunciado como “unidade da comunicação discursiva” (*Idem*, 2003), Bakhtin observa também a existência de “dois pólos do texto”, o primeiro dos quais de natureza sistêmica: Cada texto pressupõe um sistema universalmente aceito (isto é, convencional no âmbito de um dado grupo) de signos, uma linguagem (ainda que seja linguagem da arte) (*Idem*, p. 309).

É a partir desse primeiro pólo que emerge o segundo, relacionado aos elementos constitutivamente dialógicos de todo texto:

Portanto, por trás de cada texto está o sistema da linguagem. A esse sistema corresponde no texto tudo o que é repetido e reproduzido e tudo o que pode ser repetido e reproduzido, tudo o que pode ser dado fora de tal texto (o dado). Concomitantemente, porém, cada texto (como enunciado) é algo individual, único e singular, e nisso reside todo o seu sentido (sua intenção em prol da qual ele foi criado). É aquilo que nele tem relação com a verdade, com a bondade, com a beleza, com a história. Em relação a esse elemento, tudo o que é suscetível de repetição e reprodução vem a ser material e meio. (...). Esse segundo elemento (pólo) é inerente ao próprio texto mas só se revela numa situação e na cadeia de textos (na comunicação discursiva de dado tempo). Esse pólo não está vinculado aos elementos (repetíveis) do sistema da língua (os signos) mas a outros textos (singulares), a relações dialógicas (e dialéticas com abstração do autor) peculiares (*Idem*, p. 309-310, grifos nossos).

Também quanto a tal “polarização” a semiótica do discurso apresenta sua perspectiva heurística, por meio da categorização dos modos de existência das grandezas semióticas – virtual, atualizado, realizado e potencial:

A que correspondem esse diferentes modos de existência? O modo *virtual*, no sentido próprio do termo, é o modo das estruturas de um sistema subjacente, da competência formal disponível no momento da produção do sentido. O modo *atualizado* é aquele das formas que advém no discurso e das condições para que elas ali advenham: a atualização de um cromatismo em uma imagem, por exemplo, compreende o conjunto das tensões e dos contrastes nos quais ele toma parte, devido a sua coexistência com os cromatismos vizinhos. O modo *realizado* é justamente o modo pelo qual a enunciação faz as

formas do discurso encontrarem-se com uma realidade, realidade material do plano da expressão, realidade do mundo natural e do mundo sensível no caso do plano do conteúdo. O movimento inverso é aquele próprio à dimensão retórica dos atos de discurso: uma forma é considerada *potencializada* quando sua difusão ou seu reconhecimento são tais que ela pode figurar como *tópos* do discurso (tipo, lugar comum ou motivo, disponíveis para outras convocações). O modo *virtualizado* (...) é aquele das grandezas que servem de segundo plano ao funcionamento das figuras do discurso: o ato semiótico consiste, então, em *realizar* uma figura, em remeter uma outra figura ao estado *virtualizado* e em colocá-las em interação de modo que, no momento da interpretação o enunciatário seja conduzido a ir e vir de uma figura à outra (FONTANILLE, 2007, p. 276, grifos do autor).

Eis aí uma possibilidade de descrição semiótica, no que diz respeito à práxis enunciativa, da dinâmica dialógica observada por Bakhtin: por um lado, a práxis responde a enunciados precedentes, cujos valores, formas e grandezas ela virtualiza (caso os rejeite, negando-lhes a presença no discurso), ou atualiza e potencializa (caso os adote, assumindo-os, reiterando-os e contribuindo para sua cristalização em um determinado campo); por outro lado, ela se dirige também às práxis futuras, que lhe responderão, seja assumindo e potencializando as mesmas formas, grandezas e valores que ela realizou ou potencializou, seja virtualizando-as – neste caso, rejeitando-as.

Essa dinâmica permite compreender os gêneros do discurso como estruturas de significação potencializadas, ou em processo de potencialização e cristalização, por uma reiteração continuada e relativamente duradoura de ocorrências discursivas. Caracterizar um gênero equivale, sob tal ponto de vista, à identificação dessas estruturas e de seus respectivos elementos, mecanismos e campos, a partir do exame de suas ocorrências. Assim, cada livro-reportagem corresponde a uma ocorrência singular da qual é possível extrair elementos e mecanismos discursivos caracterizadores do gênero (na medida em que tais elementos e mecanismos se repitam com relativa frequência em outras ocorrências, outros livros produzidos no mesmo campo).

Pode-se começar essa caracterização pela própria natureza material do objeto, ou seja, por sua natureza “midiática”: o livro como objeto físico, suporte, mídia por meio da qual se manifesta e se corporifica um discurso específico. Desde esse ponto já se pode notar a singularidade do livro-reportagem frente a outros discursos jornalísticos ditos informativos: enquanto a notícia, a nota, o perfil, a entrevista e mesmo a reportagem publicada em jornal ou revista, por exemplo, são *englobados* pelo “veículo” do qual fazem parte, o livro-reportagem dispensa qualquer outro suporte englobante que



não ele mesmo. Essa constatação trivial conduz a outras que permitirão avançar decisivamente na caracterização do gênero.

Englobados, como se disse, pelo discurso mais amplo do jornal ou da revista que os contêm, os outros gêneros “informativos” do jornalismo impresso, especialmente (mas não apenas) a notícia, caracterizam-se pela puntualidade; são ocorrências discursivas puntuais em meio à duratividade do processo de ler ou simplesmente folhear o jornal ou revista que os engloba. Esse caráter puntual pode ser bem demonstrado pelas estruturas do lead e da “pirâmide invertida”, no caso do discurso noticioso: por meio delas, as informações são hierarquizadas em ordem decrescente de importância; no parágrafo de abertura (o lead) informa-se ao leitor, direta e sinteticamente, quem fez o quê a quem (quando o caso), quando, onde, como e, se possível, por quê; também o título e subtítulo costumam ser enunciados breves e sintéticos, em ordem direta, por meio dos quais o leitor pode saber “o que aconteceu” sem a necessidade de ler a notícia toda; é na superfície que se encontra o mais importante; quanto mais se avança no texto, mais acessórias e secundárias são as informações apresentadas. Nota-se nesses casos uma estratégia de atenuação tensiva, na medida em que a intensidade máxima da visada e a extensão máxima da apreensão é concentrada logo no início do processo, atenuando-se ambas à medida que se avança na leitura; em termos aspectuais, é na fase incoativa, inicial do processo de leitura que a notícia tende a ser mais intensa e extensiva; em outras palavras, visa-se o interesse máximo do leitor já em seu primeiro contato com o enunciado, atenuando-se o apelo progressivamente. Daí a reiteração do contato puntual desse leitor com as notícias de maneira geral, na medida em que lhe é possível “bater os olhos” em cada uma delas e passar a outra, sucessivamente. Assim, a experiência de leitura da notícia é também ela, como o é o discurso noticioso, englobada pela experiência de leitura do jornal como um todo. No âmbito de uma sintaxe do cotidiano, trata-se aqui do “informar-se pelo jornal do dia”. E nessa espécie de “sintagma”, é “o jornal” em sua totalidade englobante que se dirige ao leitor, não “o repórter”, mesmo quando a notícia é “assinada” (o que não costuma ser o caso), já que é no âmbito do percurso englobante da leitura do jornal que se constitui o processo de interação discursiva. Aqui o enunciador do discurso, o Destinador que de fato se dirige ao Destinatário-leitor, é “o jornal”, não “o repórter” que nesse caso, assume a função de mero “sujeito delegado” a serviço daquele Destinador.



Bem diferente costuma ser o caso do livro-reportagem. Constituindo-se ele mesmo como “veículo”, como mídia dedicada exclusiva e extensivamente à reportagem, o livro induz uma interação discursiva de caráter durativo com o leitor, cujo percurso de leitura se resume àquela reportagem particular. Aqui não há o dirigir-se continuamente de um texto a outro, de uma notícia à próxima, e sim o avançar progressivamente pelo mesmo enunciado. Durativo, como já dito, esse processo impõe ao Destinator que ele seja capaz de manter o interesse do Destinatário-leitor pelo mesmo tema no decorrer de um percurso de leitura relativamente longo; aqui, se a intensidade da visada e a extensão da apreensão do leitor for puntual e incoativa, concentrada no início do processo de interação como o é na notícia, o livro será abandonado. Impõe-se que, ao longo de toda a duração do percurso de leitura, intensidade e extensão aumentem, obrigando-se o enunciador a adotar uma estratégia de amplificação tensiva que terá repercussões diretas na estrutura composicional, na forma e no estilo do livro – a recorrência dessas repercussões formais será verificada em uma etapa específica de minha pesquisa. Também o enunciador é outro: se, no caso da notícia, é “o jornal” que se dirige ao leitor, no livro-reportagem é “o repórter” o Destinator; aqui, o centro do campo de exercício da enunciação não é mais ocupado pela empresa jornalística, pelo papel temático do jornal, que sai de cena para dar lugar não apenas ao repórter como Destinator, mas também a uma editora potencialmente não-jornalística, quanto à reprodução massiva e à circulação social do objeto livro. Trata-se mesmo de uma esfera de produção e circulação discursivas que não coincide com aquela da notícia – pode-se dizer até que, sob esse ponto de vista (o da produção massiva e circulação), o livro-reportagem é mais próximo do romance que do jornalismo. Eis aí, aliás, outra característica importante do gênero: seu caráter secundário, constituído que é pelo entrecruzamento de outros gêneros entre os quais é possível destacar o romance, o ensaio e a própria reportagem de revista ou jornal (seja como *news story* ou *feature*, para usar uma esclarecedora diferenciação originária do jornalismo estadunidense). Chega-se assim, em síntese, aos elementos que permitem propor uma caracterização inicial do livro-reportagem como gênero do discurso: 1. quanto ao sujeito da enunciação, trata-se de uma relação em que a função de enunciador (Destinator) é desempenhada pelo papel temático do “repórter” e a função de enunciatário (Destinatário), pelo papel de “leitor”; 2. em termos aspectuais, a relação dialógica entre repórter e leitor é de natureza durativa; 3. quanto ao campo de exercício da enunciação, pode-se identificar, além da presença das duas instâncias discursivas já citadas (“repórter” e “leitor”), a presença de outros atores,



como “o editor” e “a crítica”, que, se não descaracterizam esse campo como jornalístico (dada a centralidade do papel temático do repórter), ao menos o diferenciam daquele que tem como centro a empresa jornalística – trata-se, portanto, de um campo jornalístico particular; 4. quanto ao esquema discursivo, pode-se dizer que, sob o ponto de vista tensivo, trata-se de um esquema de amplificação, com uma visada progressivamente intensa combinada a uma apreensão progressivamente extensa; 5. quanto a sua ontogênese, trata-se de um gênero secundário, caracterizado pelo cruzamento entre reportagem, romance, ensaio, entre outros a serem possivelmente identificados no percurso futuro de pesquisa.

Esta é apenas uma caracterização inicial que deve ser aprofundada no decorrer do percurso de pesquisa, mas por meio dela já é possível perceber a centralidade da relação dialógica entre repórter e leitor na configuração do gênero livro-reportagem. Como procurei demonstrar em linhas gerais, é a partir dessa relação que podem ser devidamente compreendidos os aspectos “formais” do gênero.

É também a centralidade da relação dialógica entre repórter e leitor que determina a representatividade dos livros-reportagem mais vendidos para a caracterização do gênero. Isso porque tal relação implica práticas e cenas predicativas que ocorrem no âmbito de conjunturas e estratégias típicas da cultura dita “de massa”, pautada pela produção, circulação e consumo de “bens simbólicos” em escala industrial. Essa é, aliás, uma característica fundamental das práticas jornalísticas – inclusive daquelas relacionadas ao livro-reportagem, e determina todo um conjunto de estratégias<sup>2</sup> discursivas e textuais orientadas para conquistar e manter a atenção do leitor (algumas delas apontadas acima, na comparação que propus entre as características da notícia e do gênero estudado). É inscrita na cultura dita de massa que se pode conceber a emergência e a relativa estabilização de um gênero do discurso jornalístico como é o caso do livro-reportagem, e nesse contexto a produção orientada para o consumo é um elemento conjuntural determinante; é, pois, apenas no âmbito de uma relação de consumo que se pode compreender melhor a emergência e a relativa estabilização do gênero abordado e de suas características – daí a representatividade dos títulos mais vendidos.

---

<sup>2</sup> As noções de práticas, cenas predicativas, conjunturas e estratégias utilizadas neste trabalho correspondem a “níveis de pertinência” do “percurso gerativo da expressão”, conforme FONTANILLE (2008).



A seguir, enumeram-se os vinte livros-reportagem mais vendidos no Brasil, de 1966 a 2004, considerando-se até aqueles com o décimo maior número de ocorrências nas listas de livros mais vendidos que constituem o *corpus* da pesquisa<sup>3</sup>:

1. Olga – Fernando Moraes, AlfaÔmega, 1986, 29.
2. A viagem do descobrimento – Eduardo Bueno, Objetiva, 1998, 24.
3. A terceira onda – Alvin Toffler, Record, 1980, 17.
4. 1968: o ano que não terminou, Zuenir Ventura, Nova Fronteira, 1988, 16.
5. As vidas de Chico Xavier, Marcel Souto Maior, Planeta, 2003, 15.
- Náufragos, traficantes e degredados, Eduardo Bueno, Objetiva, 1998, 15.
6. Chatô, o rei do Brasil, Fernando Moraes, Companhia das Letras, 1994, 14.
- O que é isso, companheiro?, Fernando Gabeira, Codecri, 1979, 14.
7. A ditadura envergonhada, Elio Gaspari, Companhia das Letras, 2002, 13.
8. A ditadura escancarada, Elio Gaspari, Companhia das Letras, 2002, 12.
- Rumo à Estação Finlândia – Edmund Wilson, Companhia das Letras, 1989, 12.
- Vinho e guerra, Don e Petie Kladstrup, Jorge Zahar, 2002, 12.
- Capitães do Brasil, Eduardo Bueno, Objetiva, 1999, 12.
9. O crepúsculo do macho, Fernando Gabeira, Codecri, 1980, 11.
- Stupid White Men: uma nação de idiotas – Michael Moore, Francis, 2003, 11.
10. Abusado: o dono do Morro Santa Marta, Caco Barcellos, Record, 2003, 10.
- As veias abertas da América Latina, Eduardo Galeano, Paz e Terra, 1970, 10.
- Brasil: uma história – a incrível saga de um país. Eduardo Bueno, Ática, 2003, 10.
- Mauá. Empresário do império, Jorge Caldeira, Companhia das Letras, 1995, 10.
- Rota 66: a história da polícia que mata – Caco Barcellos, Record, 1992, 10.

As próximas etapas do percurso de pesquisa serão dedicadas a, mediante análise dessas obras, identificar e discutir elementos que permitam caracterizar a emergência e a presença do gênero estudado na cultura brasileira contemporânea. Entre esses elementos, podemos destacar as predominâncias temáticas, estilísticas e de estruturas composicionais, o sujeito enunciação (em suas duas dimensões, o *repórter* e *leitor*) cujos valores, interesses, práticas e estratégias se revelam nas obras estudadas, e também a inserção e contextualização do livro-reportagem no âmbito mais amplo da cultura dita de massa – as possíveis influências de práticas e gêneros originários de

---

<sup>3</sup> As listas de livros mais vendidos em que me baseei foram compiladas pelo professor Dr. Arnaldo Cortina durante a realização de pesquisa de livre-docência acerca do leitor brasileiro contemporâneo (CORTINA, 2006).



outros contextos (como é o caso do *new journalism* e do romance “realista”, entre outros), as relações com outros gêneros e mídias (inclusive no que diz respeito a sua promoção, circulação e à geração de subprodutos, como aconteceu com as versões cinematográficas de *Olga* e *O que é isso, companheiro?*), além, como dito no início deste trabalho, de suas implicações para a prática profissional e discursiva do escritor jornalista, cuja condição deve ser também caracterizada e descrita.

### Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikahil. Os gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal**. Introdução e tradução do russo Paulo Bezerra; prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.

\_\_\_\_\_. O problema do texto na lingüística, na filologia e em outras ciências humanas. In:

\_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal**. Introdução e tradução do russo Paulo Bezerra; prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003a. p. 307-335.

\_\_\_\_\_. Os estudos literários hoje. In: \_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal**. Introdução e tradução do russo Paulo Bezerra; prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003c. p. 359-366.

CORTINA, Arnaldo. **Leitor contemporâneo: os livros mais vendidos no Brasil de 1966 a 2004**. Tese de livre docência. Araraquara: FCLAr/UNESP, 2006.

COSSON, Rildo. **Romance-reportagem: o gênero**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FERREIRA JR., Carlos Rogé. **Literatura e jornalismo, práticas políticas: discursos e contra-discursos, o Novo Jornalismo, o romance-reportagem e os livros-reportagem**. São Paulo: Edusp, 2003.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

FONTANILLE, Jacques. **Semiótica do discurso**. Tradução de Jean Cristus Portela. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. Práticas semióticas: imanência e pertinência, eficiência e otimização. In: DINIZ, Maria L. V. P. & PORTELA, Jean C. (Orgs). **Semiótica e mídia: textos, práticas, estratégias**. Bauru: UNESP/FAAC, 2008.

GREIMAS, Algirdas J. & COURTÉS, Joseph. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Contexto, 2008. LANDOWSKI, Eric. Simulacros em construção. In: \_\_\_\_\_. **A sociedade refletida: ensaios de sociosemiótica**. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas – o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.

MACHADO, Irene. Gêneros discursivos. In: BRAITH, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2007.

MARCHEZAN, Renata Coelho. Diálogo. In: BRAITH, Beth (Org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 115-131.